



PEC 38/2025: Deformação do Estado, aniquilação do serviço público e clientelismo

O projeto de reforma administrativa materializado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 38/2025, é um show de horrores que pretende, da mesma forma que a derrotada PEC 32, colocar o servidor no papel de vilão do orçamento público.

A proposta usa a lógica fiscalista e o discurso do Estado mínimo para mascarar o que realmente impossibilita a boa gestão dos recursos públicos: privilégios tributários, renúncias fiscais, orçamento secreto e indicações de pessoas sem comprometimento com os interesses da sociedade para cargos estratégicos.

A PEC 38 propõe uma reforma administrativa formatada pelo excessivo controle fiscal e centralização no Poder Executivo federal. Esse controle, com as alterações propostas na legislação, permitiria, a partir da redução do Estado, a ampliação da presença do setor privado, quer diretamente, através de privatizações, quer indiretamente, com crescimento da presença do chamado terceiro setor.

Aprovada a proposta, pode-se esperar, a curto prazo, redução significativa de políticas públicas estratégicas, como saúde, educação, ciência e tecno-

logia, pesquisa, meio ambiente, fiscalização, justiça, segurança pública, direitos humanos, segurança social e alimentar, moradia e saneamento básico.

Na prática, o que está em pauta é uma proposta de fragilização do Estado, que implica em menos concursos públicos, mais contratos temporários, mais terceirizações e a abertura de espaço para ingerências externas.

Para implementar esse retrocesso, a PEC 38 pretende alterar critérios de contratação e de remuneração do quadro efetivo, diminuindo a atratividade da função pública. Isso resultaria em menor participação de servidores concursados nas atividades de Estado e a ampliação da contratação de trabalhadores temporários, sem a devida formação e capacitação para o exercício da função pública.

O SINAL – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central diz NÃO a essa proposta de desmonte do Estado brasileiro representada pela PEC 38, encampada pelo mesmo grupo que, contrariando o desejo da sociedade, votou a favor da PEC da blindagem e contra a taxação de bilionários, bancos e bets.